



MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata N.º 02/2024

Data da Sessão Ordinária

26 de abril de 2024

Início

20:30 horas

Termo

23:04 horas

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital com o número de registo dezoito, de doze de abril de dois mil e vinte e quatro. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão com a apresentação dos respetivos cumprimentos a todos os presentes e informou que não iriam estar presentes com faltas justificadas, os seguintes elementos: - Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, da CDU-Coligação Democrática Unitária; Senhora Deputada Municipal Vanessa Isabel do Nascimento Almeida, do Partido Socialista, e a Senhora Deputada Municipal Carla Alexandra Pereira Silvério, do Partido Socialista. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Deputada Municipal Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira que ocupasse o lugar de Segunda Secretária da Mesa. -----

Com a Mesa completa, deu posse à Senhora Sónia Cristina do Rosário Dias Sobral, ocupando a vaga na Bancada do Partido Socialista, deixada pela renúncia definitiva do Senhor Natércio Francisco Canelhas Candeias. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Segunda Secretária que procedesse à primeira chamada de presenças, tendo comparecido os seguintes Deputados Municipais: - António Luís Fernandes Mendes, Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, Sónia Cristina do Rosário Dias Sobral, Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Joaquim José Moura Marques dos Santos, Carlos José Pancadares Sousa Lopes, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, Maria do Rosário Costa Martins, Ângela Sofia Alves Grilo e Pedro Miguel Pedro Caxias. Estiveram igualmente presentes os Presidentes de Junta de Freguesia; - José Manuel Ricardo, Ana Luísa Cartaxo Manique e Paulo Gameiro Sena Freitas. -----

A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente Sérgio Miguel Santos Pereira de Oliveira, pelas Senhoras Vereadoras Maria Helena Soares Roxo e Maria Manuela de Oliveira Arsénio, e pelos Senhores Vereadores, Pedro José Lopes Pereira e Alexandre Emanuel Ramos Marques. -----

Esteve presente para prestar esclarecimentos técnicos que porventura fossem necessários, o Dr. Luís Reis, Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos e Virgílio Quintino, Técnico de Informática, no apoio logístico à Assembleia Municipal, ambos funcionários da Autarquia. -----

A Mesa da Assembleia Municipal que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: - Presidente - António Luís Fernandes Mendes; Primeira Secretária -



Maria Teresa Braz de Matos Gaspar; Segunda Secretária - Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira. -----

Verificando-se a existência de quórum o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, iniciando os trabalhos com o período Antes da Ordem do Dia. -----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer o expediente recebido entre o dia vinte e três de fevereiro e vinte e seis de abril de dois mil e vinte e quatro. -----

Seguidamente, apresentou a Ata número um, de vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, para análise e votação, questionando os Senhores Deputados Municipais se pretendiam fazer alguma correção à mesma. Não havendo correções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Ata a votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção neste período Antes da Ordem do Dia. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, do Partido Socialista, referindo que a sua Bancada pretendia apresentar um voto de congratulações pela condecoração do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Constância, pelo Excelentíssimo Chefe de Estado Maior do Exército. -----

Com a devida autorização, o Senhor Deputado Municipal passou à leitura do documento. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o voto de congratulações a votação para aceitação e discussão, sendo este aprovada por unanimidade. -----

Não havendo intervenções no período da discussão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o voto de congratulações a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade, ficando a constituir-se como **(ANEXO I)** desta Ata e dela fará parte integrante. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a questionar as Bancadas se pretendiam fazer mais alguma intervenção. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que a sua Bancada tinha um Voto de Reconhecimento para apresentar, referente à cessação de funções do Senhor Engenheiro Jorge Manuel Monteiro Marques Heitor, como Chefe de Divisão Municipal dos Serviços Técnicos. -----

Com a devida autorização a Senhora Deputada Municipal passou à leitura do documento. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Voto de Reconhecimento a votação para aceitação e discussão, sendo o mesmo aceite por unanimidade. -----

No período de discussão, foram apresentadas algumas referências elogiosas por ambas



as Bancadas, ao desempenho e profissionalismo do Senhor Engenheiro Jorge Heitor, com desejos das maiores felicidades para o futuro, tanto pessoal como profissionalmente. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Voto de Reconhecimento a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade, ficando a constituir-se como (**ANEXO II**) desta Ata e dela fará parte integrante. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que a sua Bancada tinha um Voto de Pesar para apresentar, pelo falecimento do Senhor Doutor José Manuel das Neves Amaral. -----

Com a devida autorização a Senhora Deputada Municipal passou à leitura do documento. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Voto de Pesar a votação para aceitação e discussão, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

Não havendo mais intervenções no período de discussão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Voto de Pesar a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade, ficando a constituir-se como (**ANEXO III**) desta Ata e dela fará parte integrante. De seguida, tal como era proposto no documento, procedeu-se a um minuto de silêncio. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando por dar as boas vindas à Senhora Deputada Municipal Sónia Cristina do Rosário Dias Sobral, do Partido Socialista, e ao Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos, Dr. Luís Reis, desejando-lhes bom trabalho nas suas novas funções. De seguida, referiu que pretendia na sua intervenção, tecer algumas breves considerações sobre as Festas do Concelho/Festa de Nossa Senhora da Boa Viagem e às Comemorações dos Cinquenta Anos do Vinte e Cinco de Abril. No respeitante às Festas do Concelho/Festa de Nossa Senhora da Boa Viagem, pretendia manifestar como positivo; o envolvimento das escolas, associações e coletividades e demais instituições, que coletivamente se tinham envolvido, contribuindo para o enriquecimento das festas. Como negativo; apontou as condições climatéricas, responsáveis pelo deficiente engalanamento das ruas, não permitindo que tivessem o esplendor habitual e desejável. As pessoas tinham aderido aos espetáculos e na globalidade, as festas tinham decorrido bem, no entanto, pretendia deixar para futuro duas sugestões: - A primeira; para que nos próximos eventos, o Stand do Parque Ambiental de Santa Margarida fosse colocado em local mais visível. A segunda; para que no futuro, pudesse existir uma maior e mais ampla diversidade do artesanato Nacional. -----

Quanto às Comemorações dos Cinquenta Anos do Vinte e Cinco de Abril, referiu ter inicialmente algumas dúvidas quanto à envolvência a nível nacional, no entanto, no último mês, tinha havido um enorme empenhamento geral, contribuindo assim, para a



dignificação do acontecimento. Salientou como bastante positivo o envolvimento local, particularmente, o empenhamento das escolas e a exposição levada a efeito, com a designação “Adeus até ao meu regresso! – Memórias da Guerra Colonial de ex-combatentes do Concelho de Constância”. Terminou a sua intervenção com uma palavra de incentivo à comunidade, no sentido de continuarem a festejar o vinte e cinco de abril, independentemente de serem ou não datas “redondas”. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, referindo que pretendia partilhar e reforçar a intervenção da Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, pois, também ela, verificava que estava tudo muito parado no respeitante às comemorações dos cinquenta anos do vinte e cinco de abril. Afinal, tratava-se de uma perceção errada, uma vez que as comemorações tinham decorrido com muita dignidade, tanto a nível local como nacional, tornando-se numa agradável surpresa. Ao nível local, salientou como muito positiva a exposição e o documentário relativo às “Memórias da Guerra Colonial de ex-combatentes do Concelho de Constância”, assim como, à participação dos alunos das escolas na peça de teatro alusiva às comemorações. Solicitou a palavra O Senhor Deputado Municipal, Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que na última Assembleia Municipal, no âmbito do Programa de Requalificação e Construção de Habitações a custos controlados, o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha referido que no respeitante à aquisição de imóveis a entidades privadas o processo estava parado, atendendo a que o governo não estava em funções. Havendo já novo governo, pretendia saber qual o atual ponto de situação. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que o processo relativo à aquisição de imóveis a entidades privadas, continuava como referido na última Assembleia Municipal. Estava marcada uma reunião entre a CIMT (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo) e o IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana), aguardando-se que daquela reunião fosse conhecida a posição da nova tutela, no sentido de haver ou não, alguma alteração ao definido pelo governo anterior. -----

Quanto às observações apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, sobre as Festas do Concelho/Festa de Nossa Senhora da Boa Viagem, tinha tomado as devidas notas e, sobre



as Comemorações dos Cinquenta anos do Vinte e Cinco de Abril, concordava e partilhava das intervenções das Senhoras Deputadas Municipais Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim e Isabel Maria Farinha Albino da Costa, no entanto, não poderia deixar de agradecer e realçar o meritório trabalho levado a efeito pela Senhora Doutora Anabela Cardoso, e demais intervenientes na preparação das comemorações. -----

Não havendo mais intervenções neste período Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Senhora Primeira Secretária da Mesa para proceder à leitura do Edital que convocou a presente sessão, com a respetiva Ordem de Trabalhos. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

1. Período reservado à intervenção do público; -----
2. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de prestação de contas e de inventário relativos ao exercício de 2023 - Para deliberação; -----
3. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de aplicação do resultado líquido do período de 2023 - Para deliberação; -----
4. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de alteração ao mapa de pessoal, e respetivo anexo, de 2024 - Segunda alteração - Para deliberação; -----
5. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta: Autos de Transferência de Competências para as Juntas de Freguesia - Alteração de Recursos Financeiros - Para deliberação; -----
6. Voto de Louvor e Reconhecimento ao Engenheiro Jorge Manuel Monteiro Marques Heitor - Para conhecimento; -----
7. Designação, em regime de substituição, de Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos (DMST) - Cargo dirigente de 2º grau - Para conhecimento; -----
8. Estatuto do Direito de Oposição - Relatório 2023 - Para conhecimento; -----
9. Apreciação de Informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro – Para conhecimento; -----
10. Outros assuntos de interesse. -----

Lida a convocatória e a respetiva Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o documento a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

PONTO 1 - PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----



PONTO 2 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E DE INVENTÁRIO RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2023 – PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que pretendia deixar as seguintes notas sobre o assunto: - Relativamente às taxas de execução; na receita tinha-se cifrado em 91% (noventa e um por cento), e na despesa em 88% (oitenta e oito por cento). As Grandes Opções do Plano, apresentavam uma taxa de execução de 88% (oitenta e oito por cento). Tinha sido possível terminar o ano de dois mil e vinte e três, com o pagamento de 98% (noventa e oito por cento) da despesa faturada. Tinha transitado um saldo de gerência no valor de 241.000€ (duzentos e quarenta e um mil euros), dando cumprimento aos equilíbrios efetivo, corrente e orçamental. O resultado líquido do exercício apresentava-se negativo em cerca de 960.000€ (novecentos e sessenta mil euros), com a respetiva justificação na prestação de contas. O endividamento do Município tinha voltado a descer. Referiu não ter sido um ano fácil para o Município, quer do ponto de vista financeiro, quer no atraso do Quadro Comunitário e de algumas candidaturas àqueles fundos. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando por referir que pretendia apresentar algumas considerações e duas questões concretas. No respeitante às considerações, referiu que se tratava de um documento bastante extenso e muito técnico. Acreditavam no Revisor Oficial de Contas quando este referia que o documento estava em condições de ser aprovado. A única coisa que não tinha entendido, era a recomendação sobre o incumprimento nas divulgações previstas na contabilidade de gestão, questionando se era por falta de pessoal ou outra qualquer razão. Do ponto de vista político e de execução, partilhava do referido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal quando este referia que não tinha sido um bom ano, dando para o efeito alguns exemplos. Como crítica, verificavam a ausência de qualquer taxa de execução no eixo um – (Valorizar o investimento enquanto fator gerador de desenvolvimento e emprego). No âmbito do projeto Caminhos, estava referenciado um pagamento de cerca de setenta mil euros, onde se incluía o roteiro literário, com a colocação de algumas pedras com textos do escritor Luís Peixoto, espalhadas pelo Concelho. Este projeto em sua opinião, não tinha tido a projeção desejada e nalguns casos, até davam um aspeto de abandono. Também verificava um

aumento em serviços externos, num valor de cento e setenta e quatro mil euros, pretendendo saber qual a justificação. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por se referir à recomendação ao incumprimento da norma, mencionada pelo Revisor Oficial de Contas, tratando-se sem total certeza, das amortizações, cujo trabalho ainda não estava finalizado. Se estivesse equivocado, faria chegar posteriormente a resposta. Sobre o eixo **um** (Valorizar o Investimento enquanto fator gerador de desenvolvimento e emprego), e ao facto de não apresentar qualquer taxa de execução, referiu que existiam eixos definidos quer no orçamento, quer na prestação de contas, que não exigiam que fossem gastas quaisquer verbas. Provavelmente, na prestação de contas de dois mil e vinte e quatro, aquele eixo já apresentaria alguns valores, nomeadamente, o projeto da Zona Industrial de Montalvo. Quanto à questão das pedras colocadas em alguns espaços públicos no Concelho, com textos do escritor Luís Peixoto, eram considerações que respeitava. Quanto ao aumento dos valores nos serviços externos, estavam relacionados com o aumento generalizado dos preços na aquisição dos mesmos, não se tratando de nenhuma contratação para além do habitual e onde se incluíam; os projetos das piscinas naturais em Santa Margarida da Coutada e do Museu dos Rios e das Artes Marítimas. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, começando por referir que o documento era bastante extenso, tal como tinha referido a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, no entanto, as regras obrigavam a que o documento fosse elaborado daquela forma. O documento embora extenso, era de fácil entendimento, mesmo para pessoas sem formação na área económica/financeira, com mapas bastante elucidativos, dando os parabéns à equipa da Divisão Financeira pelo trabalho apresentado. Quanto a valores, referiu que o ano de dois mil e vinte e três tinha sido um ano muito mau, duas guerras e com uma enorme inflação, com impacto grande na gestão da Câmara Municipal, visíveis, não só no aumento dos preços na aquisição de bens e serviços, como em reposição de salários e outras despesas com pessoal. Apesar de tudo, existiam indicadores bastante importantes e positivos a reter, tais como; o pagamento de noventa e oito por cento da despesa faturada, a inexistência de pagamentos em atraso, a redução do peso do serviço da dívida, entre outros. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando esta por referir que o documento era bastante exaustivo e complexo, como já tinha sido referido anteriormente, baseando a sua

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



compreensão na análise técnica apresentada pelo Revisor Oficial de Contas. No entanto, pretendia ver esclarecidas as seguintes dúvidas: - O documento fazia referência a uma visita do então Primeiro Ministro António Costa à celulose do CAIMA, no âmbito da construção da nova central de biomassa. Questionava; que compromissos ou mais valias tinham sido assumidos para o Concelho naquela visita e, se já estava prevista alguma data para a entrada em funcionamento da referida central. Também era referido no documento, que o ano de dois mil e vinte e três, tinha sido muito positivo para a afirmação externa e para o início de um conjunto de projetos importantes para o futuro do Concelho. Pretendia saber, a que projetos se estava a referir. No Eixo **dois**, na transferência de competências para a área da educação, verificava no ano de dois mil e vinte e três, um saldo negativo de cerca de cento e dois mil euros. Pretendia saber, a razão daquele saldo negativo, uma vez que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, no pretérito mês de fevereiro, tinha referido que naquela assunção de competências, nada havia a assinalar, estando tudo a decorrer com normalidade. Na área da saúde; o documento fazia referência ao incentivo à fixação de médico de família na extensão de saúde de Santa Margarida. Pretendia saber, qual o ponto de situação sobre aquela temática. Ainda no âmbito da saúde, quase todas as UCSP (Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados) do País, tinham passado a USF (Unidades de Saúde Familiar) Modelo B, de uma forma quase administrativa, concluindo-se o processo no presente mês de abril. Passando a Modelo B, haveria um pagamento ao incentivo por desempenho. Assim, questionava; quais tinham sido os fatores impeditivos, para que em Constância não se tivesse constituído uma USF Modelo B, se por falta de candidaturas ou por não se ter atingido o índice de desempenho. Era referido no documento, a celebração de um protocolo de saúde mental, entre a Associação de Saúde Mental do Médio Tejo e o Município. Questionava; como é que se procedia à sinalização e encaminhamento de utentes do Concelho de Constância para aquela Associação, quem é que podia sinalizar aqueles utentes e, se naquela data, existiam utentes a serem acompanhados pela Associação e onde; na Sede ou no domicílio do utente. Também pretendia saber, quais os critérios que os utentes tinham que reunir para poderem usufruir daquele acompanhamento e se os mesmos poderiam ter consultas no Centro Hospitalar. Pretendia igualmente saber, se no protocolo estava contemplada a articulação com o serviço de Psiquiatria do Centro Hospitalar do Médio Tejo, e ainda, se as unidades de saúde, nomeadamente, as equipas de saúde, tinham conhecimento daquele protocolo e como é que podiam referenciar os utentes. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, começou por referir que



relativamente à primeira questão, qualquer Concelho com a dimensão de Constância, ter a presença do Senhor Primeiro Ministro, fosse ele quem fosse, deveria só por aquele facto, ser motivo de satisfação, dando ao Concelho grande visibilidade, e a quem gere o País, um conhecimento muito maior. Naquele caso específico, a visita do Senhor Primeiro Ministro à Celulose do Caima, sinalizava um investimento muito avultado, cerca de quarenta milhões de euros, no âmbito da transição justa, criado devido ao fecho da Central Termo Elétrica do Pego, como forma compensatória, para que as empresas da região pudessem recorrer àqueles mecanismos de apoio. A central já estava em funcionamento, e não era todos os dias que num Concelho como Constância surgia um investimento daquela dimensão. Aquela era a principal e única razão, de no documento logo na introdução, vir mencionada aquela visita. Quanto à afirmação externa do Concelho; o ano de dois mil e vinte e três, tinha ficado marcado por alguns eventos, tais como: o EuRoc – European Rocketry Challenge, cuja visibilidade não deixava dúvidas para ninguém; o início dos trabalhos, tendo em vista o novo Quadro Comunitário de Apoio, para o novo Museu dos Rios e das Artes Marítimas, para o ciclo urbano da água, para a piscina natural em Santa Margarida da Coutada, para a eficiência energética do edifício dos Paços do Concelho e da Piscina Municipal; tinha igualmente ficado fechado o processo da Loja do Cidadão, cuja reprogramação financeira tinha sido aceite para um financiamento a cem por cento, etc. Apenas referia estes exemplos, para justificar a questão da afirmação e da visibilidade externa do Concelho. Quanto à descentralização de competências na área da educação e ao facto de apresentar aquele saldo negativo “não de cerca de cento e dois mil euros, mas sim de noventa mil”, devia-se ao seguinte facto; o ano de dois mil e vinte e dois, tinha fechado com um saldo positivo de cerca de vinte e seis mil euros. Feito o acerto do valor dos cerca de cento e seis mil euros negativos, dava o valor real, cerca de noventa mil euros negativos, que se explicava da seguinte forma: - O valor das refeições escolares, tinha passado de 1,58€ (um euro e cinquenta e oito cêntimos) para 2,70€ (dois euros e setenta cêntimos) mais IVA, sendo o saldo negativo influenciado por este aumento. Já tinham transmitido, no âmbito do acompanhamento da área da descentralização, a existência daquele défice, e a “promessa” tinha sido que aqueles valores seriam repostos ao Município. Quanto ao Médico de família em Santa Margarida da Coutada, o retorno que tinham, era o facto de não terem existido problemas naquela Freguesia no acesso a cuidados de saúde. O médico que lá prestava serviço, numas semanas dois dias noutras três, independentemente daquela limitação, não tinha conhecimento de nenhuma reclamação. O balanço não poderia ser considerado positivo, uma vez que deveria ser resolvido pela Administração Central e não pela Câmara Municipal, no entanto, a população tinha uma resposta que, não sendo a adequada, era a possível para os tempos





atuais. Quanto às USF, dentro dos diversos modelos existentes, na abordagem que tinha feito no âmbito da CIMT (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo), o Concelho de Constância só tinha possibilidades de se candidatar, juntando-se a outro Município, não tendo só por si, escala suficiente para outros tipos de Unidades de Saúde Familiar. Quanto ao protocolo de Saúde Mental, não tinha presentes os dados solicitados e faria chegar através do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----



Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que após ouvir as explicações dadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, pretendia tecer apenas duas considerações:

- Começando pelo saldo negativo, resultante do aumento das refeições escolares, a explicação tinha sido compreendida, no entanto, o que não era aceitável, era a Câmara Municipal estar a suportar cerca de noventa mil euros, quando deveria ser a Administração Central. Quanto à vinda do Senhor Primeiro Ministro à Celulose do CAIMA, independentemente dos valores apresentados, não haveria necessidade de fazer aquela visita quase às escondidas, uma vez que só o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha conhecimento da mesma. Sendo aqueles valores tão significativos, era suposto criarem bastantes postos de trabalho, o que não acontecia. Aquando do licenciamento para a Central de Biomassa, tinha ficado definida uma verba de setenta e cinco mil euros para o Município, como contrapartida. Questionava se a mesma já tinha sido liquidada. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal retomou a palavra referindo que, quanto a postos de trabalho que o investimento criaria, pelo conhecimento que tinha, não seriam muitos, no entanto, lembrava que aquele projeto era um projeto “âncora” para a própria sustentabilidade da fábrica, sendo presentemente autossustentável energeticamente, vendendo ainda energia para o mercado externo. Aquele investimento, mesmo não criando muitos postos de trabalho, era uma garantia para os cerca de cento e oitenta postos de trabalho existentes. Quanto aos setenta e cinco mil euros da contrapartida, ainda não tinham sido recebidos, no entanto, pelo que lhe tinham prometido, estava para breve, assim como, os trinta e cinco mil euros para o apoio às Festas do Concelho. -----

Não havendo mais intervenções por parte das Bancadas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com quatro abstenções, da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária e onze votos a favor, da Bancada do Partido Socialista. -----

A Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária, apresentou uma Declaração de Voto, que fica a constituir-se como (ANEXO IV) desta Ata, e dela fará parte integrante. -----

PONTO 3 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO DE 2023 - PARA



DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que se tratava de uma proposta no sentido de aplicar o resultado liquido do exercício nos resultados transitados. -----

Não havendo questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Ponto a votação, sendo este aprovado por maioria, com quatro abstenções da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária e onze votos a favor da Bancada do Partido Socialista. ---

PONTO 4 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL, E RESPETIVO ANEXO, DE 2024 - SEGUNDA ALTERAÇÃO - PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidenta da Câmara Municipal para apresentação deste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que se tratava de um ajustamento ao Mapa de Pessoal, decorrente da necessidade de criação de dois novos postos de trabalho; um Assistente Técnico para o atendimento Municipal na área da Divisão dos Serviços Técnicos, e um outro Assistente Técnico para a Biblioteca Municipal. Para ambos os casos apresentou as devidas justificações. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que vinha verificando um aumento significativo do número de postos de trabalho a prover, resultante em parte por aposentações, mas também, pela saída de trabalhadores qualificados, que em seu entender, era uma situação preocupante. A primeira questão que pretendia colocar era; questionar a opinião do Senhor Presidente da Câmara Municipal, de quais os motivos que estiveram na origem da saída de funcionários qualificados que tanta falta faziam para assegurar uma melhor resposta às necessidades do Município. A segunda questão; o que é que estava previsto fazer no curto prazo, para os vinte e oito postos de trabalho a prover e, se já existiam concursos ou planeamento para a sua abertura, ou, se continuavam a recorrer à prestação de serviços. -----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que em sua opinião, as razões para que alguns trabalhadores qualificados optassem por sair do Município, na sua grande maioria, prendia-se com melhores condições de trabalho oferecidas pelo sector privado, ou outras instituições. Deu como exemplo, um trabalhador que tinha metido licença sem vencimento para ir experimentar trabalhar fora do País, tinha corrido bem e tinha ficado. Era seu entendimento, que na questão apresentada, estava

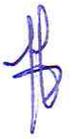


implícito que os trabalhadores tinham saído zangados com o Presidente da Câmara ou com os Vereadores. Pretendia referir, que os três trabalhadores que tinham saído ou em vias de sair, possivelmente teriam usado aquele argumento. Outras razões existiriam e, quando deixasse de ser Presidente da Câmara, tencionava poder explicar/clarificar todas as razões. Quanto aos postos de trabalho a prover, tinha estabelecido com a Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, que encerrado o capítulo da Prestação de Contas, os processos de recrutamento seriam colocados na rua. Era urgente colocar pessoas nas áreas deficitárias, para que fosse possível dar a resposta adequada e em tempo útil, às solicitações diárias. Referiu igualmente, que o atual processo de recrutamento era bastante moroso, por ser obrigatória a sua colocação na plataforma de recursos humanos, onde teria que correr todo o processo de recrutamento. -----
Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com quatro abstenções da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária e onze votos a favor da Bancada do Partido Socialista. -----

**PONTO 5 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA:
AUTOS DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS JUNTAS DE
FREGUESIA - ALTERAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS - PARA DELIBERAÇÃO--**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto da Ordem de Trabalhos. -----
No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que se tratava da atualização de valores financeiros, relativos às transferências de competências para as Juntas de Freguesia, há bastante tempo reivindicadas pelos respetivos Presidentes de Junta. O que vinha à Assembleia, era a seguinte proposta: - A Junta de Freguesia de Constância, passaria a receber anualmente a quantia de 9.200€ (nove mil e duzentos euros); - A Junta de Freguesia de Montalvo, a quantia de 21.000€ (vinte e um mil euros); - A junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, a quantia de 28.000€ (vinte e oito mil euros). -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando por referir que a sua Bancada concordava com o proposto e o seu voto seria favorável, no entanto, entendiam que os valores eram bastante diminutos, principalmente o valor atribuído à Junta de Freguesia de Constância, a única com acréscimo de competências/responsabilidades, com um aumento de apenas quatro mil euros, para assumir as limpezas do Loteamento da Quinta de Santa Bárbara, do Loteamento Frei Miguel e do Parque da Capareira. Também em seu entender, estes aumentos deveriam ser melhor justificados. -----



Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

PONTO 6 - VOTO DE LOUVOR E RECONHECIMENTO AO SENHOR ENGENHEIRO JORGE MANUEL MONTEIRO MARQUES HEITOR - PARA CONHECIMENTO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dar nota, que o Senhor Engenheiro Jorge Manuel Monteiro Marques Heitor tinha apenas deixado de ser Chefe de Divisão, continuando a trabalhar no Município. O louvor atribuído, era apenas o reconhecimento do seu trabalho como Chefe de Divisão no Município de Constância ao longo de mais de trinta anos. Tinha trabalhado com diversos executivos e vários Presidentes de Câmara, sendo sempre leal com quem estava à frente dos destinos do Município. O Senhor Engenheiro Jorge Heitor tinha deixado uma enorme marca profissional, pautando-se sempre como um profissional empenhado, dedicado e trabalhador, sendo merecedor de público louvor. -----

Ao seu substituto como Chefe de Divisão, Doutor Luís Reis, desejou as melhores felicidades pessoais e profissionais, no desempenho da nova função. -----

Ambas as Bancadas manifestaram o seu apreço pelo trabalho desempenhado pelo Senhor Engenheiro Jorge Heitor, desejando-lhe as melhores venturas para o futuro. -----

PONTO 7 - DESIGNAÇÃO, EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO, DE CHEFE DA DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS (DMST) - CARGO DIRIGENTE DE 2º GRAU - PARA CONHECIMENTO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dar conhecimento à Assembleia Municipal, na sequência do que já tinha referido anteriormente, da designação do Doutor Luís Reis, como Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos. O Doutor Luís Reis, já tinha trabalhado no Município como Técnico SIG (Técnico de sistemas de informação geográfica). Tinha ido em mobilidade para o Município de Porto de Mós, uma vez que vivia e vive em Fátima. Tinha aceitado o desafio de regressar para desempenhar o atual cargo, numa Divisão grande e bastante abrangente, contando para tal, com o apoio de todos os trabalhadores e do antigo Chefe de Divisão, sendo-lhe reconhecida, elevada competência para o cargo. -----

PONTO 8 - ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO - RELATÓRIO 2023 - PARA CONHECIMENTO -----



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam apresentar alguma questão. -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

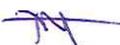
PONTO 9 - APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção neste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que pretendia os seguintes esclarecimentos: - No documento, no Planeamento e Ordenamento do Território, era referida uma atividade “Avaliação de desempenho – Objetivo 1 – Sinalização das linhas de financiamento a que o Município possa recorrer – Reporte de informação”. A mesma informação aparecia repetida nas duas páginas seguintes do documento. A questão que pretendia colocar, era se aquela avaliação de desempenho várias vezes repetida, estava relacionada com o desempenho global da Autarquia, ou, estava relacionada com o SIADAP (Sistema Integrado de gestão e avaliação do desempenho na administração pública), para algum objetivo individual do profissional e, qual era a explicação para aparecer três vezes na mesma rubrica. Verificava, que na área da Ação Social, Saúde e Educação, havia uma referência “Acompanhamento, monitorização e coordenação do processo de transferência de competências em matéria de saúde, Decreto-Lei nº23/2019, de 30 de janeiro”. Pretendia saber, se no novo contexto das ULS (Unidades Locais de Saúde), havia alguma alteração significativa que pudesse ser considerada útil para os cidadãos do Concelho. Na mesma rubrica, havia uma referência ao “Acompanhamento da atualização da Carta Educativa em articulação com a equipa da rede ESCXEL”. Questionava, se à semelhança dos Concelhos vizinhos, tinha ocorrido algum aumento significativo do número de alunos nas escolas do Concelho, atendendo a que nos Concelhos vizinhos estava a acontecer aquele fenómeno. Também pretendia saber, se as vagas nas creches eram suficientes ou existia alguma lista de espera. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à primeira questão, referindo que a informação dizia realmente respeito ao SIADAP de um trabalhador do Município, não fazendo qualquer sentido aquelas repetições tratando-se do mesmo assunto. Quanto à ULS, em termos práticos, não vislumbrava qualquer alteração



Foule



significativa que pudesse ter efeitos nos serviços prestados à população. Quanto à Carta Educativa e se havia algum aumento de alunos nas escolas do Concelho, não tinha conhecimento. Sobre as vagas na Creche, não possuía aquela informação, teria que solicitar ao Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Constância, tal informação, para depois a poder fazer chegar. -----



Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando por questionar se o executivo já poderia adiantar alguns pormenores sobre a preparação dos próximos eventos, tais como: - 100º Aniversário do nascimento de Alexandre O'Neill; Pomonas Camonianas e Camões em Constância "Cinco Séculos, cinco dias". -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, com a devida autorização, deu a palavra à Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo e ao Senhor Vereador Pedro José Lopes Pereira, para responderem às questões respeitantes aos seus pelouros. -----

Tomou a palavra a Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo, referindo-se ao centésimo aniversário do nascimento de Alexandre O'Neill, informando que as comemorações teriam início no próximo dia cinco de maio, com uma tertúlia com alguns escritores conhecidos, e prolongar-se-ia até ao próximo ano, culminando com uma exposição com conteúdos ainda por definir. Já tinham estado em Constância alguns familiares de Alexandre O'Neill, inteirando-se das iniciativas que a Câmara pretendia levar a efeito durante aquele espaço de tempo. Como estavam ainda em preparação algumas iniciativas, logo que definidas, seriam publicamente divulgadas. -----

Tomou a palavra o Senhor Vereador Pedro José Lopes Pereira, começando por referir que, no respeitante às Pomonas Camonianas, o programa ainda não estava completamente fechado. Iriam ser envolvidas durante os cinco dias do programa muitas Associações do Concelho, para além do Agrupamento de Escolas e do Município. Seria reativado o celebre Banquete das Trovas, e estavam previstos vários concertos, estando um deles previsto para o encerramento. Era um programa bastante extenso e variado, com o objetivo de honrar Camões, celebrar a identidade de Constância e recuperar o impacto do evento na região. -----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 10 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE -----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do



Partido Socialista, para questionar se tinha havido mais alguns desenvolvimentos relativos à Loja do Cidadão e qual o atual ponto de situação. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal, se já tinha conhecimento do que é que estava previsto para o terreno que ia do Parque Ambiental até ao Campo Militar de Santa Margarida e, se já tinha tido alguma reunião com o proprietário. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando por abordar mais uma vez o assunto da Piscina Municipal, mais concretamente, sobre a temperatura da água. Tinha conhecimento que existia legislação sobre as temperaturas para as águas das piscinas, e dos riscos para a saúde dos utentes. Naquele contexto, pretendia apresentar algumas questões. Assim, pretendia saber se, no presente ano letivo, tinha existido alguma avaria no sistema de aquecimento da água da Piscina Municipal. Se sim, quando, e quando é que tinha ficado resolvido. Também pretendia saber, qual a explicação para em determinados dias os utilizadores considerarem a temperatura da água da piscina quase ótima, e nos dias seguinte, alguns alunos não faziam a aula porque a água da piscina estava muito fria. Na última vez que tinha abordado o assunto, tinha deixado uma sugestão; a autarquia deveria desenvolver um inquérito de satisfação junto dos utilizadores da piscina. Pelo conhecimento que tinha, aquele inquérito não tinha sido feito e havia muita gente a manifestar o seu desagrado com aquela situação, levando alguns a desistirem e procurarem respostas noutros Concelhos. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Pedro Caxias, do Partido Socialista, começando por referir que a sua intervenção ia no seguimento da intervenção da Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação democrática Unitária, com a qual concordava. A questão concreta que pretendia apresentar, era se já era possível fazer um balanço geral de como tinham corrido as Festas do Concelho/Festa de Nossa Senhora da Boa Viagem. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, o Partido Socialista, sobre o ponto de situação da Loja do Cidadão; - A obra estava consignada, a empresa já tinha iniciado alguns trabalhos de limpeza, dentro e fora do edifício, e a informação que tinha, era que dentro de alguns dias iniciariam a montagem do estaleiro para o arranque da obra. Como já tinha referido anteriormente, o financiamento tinha sido corrigido para os



cem por cento, estando prevista a sua conclusão nos prazos determinados, que eram, trezentos e trinta e três dias. -----

Em resposta ao Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, sobre os terrenos que iam desde o Parque Ambiental até ao Campo Militar de Santa Margarida, informou que; logo no início dos trabalhos de limpeza do terreno, tinha tentado saber quem era o proprietário, e o que é que pretendiam fazer naquele espaço. A resposta do proprietário, tinha sido que não tinham nenhuma ideia devidamente formada sobre o assunto, quando tivessem, informariam a Câmara Municipal. Até ao momento nada mais tinha acontecido, no entanto, fosse qual fosse o projeto, teria obrigatoriamente que passar pela Câmara Municipal. -----

Quanto à questão concreta apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Pedro Caxias, do partido Socialista, se já havia um balanço geral de como tinham decorrido as Festas do Concelho/Festa de Nossa Senhora da Boa Viagem, referiu que; estava prevista uma reunião na próxima semana com as Associações envolvidas no evento, para saber qual o seu reporte. Em sua opinião, assim como do restante executivo, era que tinham corrido bem, não obstante a meteorologia ter causado alguns constrangimentos. Ao nível da participação de embarcações nos rios, tinha sido um dos melhores anos. Não fossem os constrangimentos atrás referidos, poderiam ter corrido melhor. Em resumo, considerava o balanço positivo. -----

Para responder à Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, solicitou passar a palavra ao Senhor Vereador Pedro José Lopes Pereira, responsável por aquele pelouro. -----

No uso da palavra, o Senhor Vereador Pedro José Lopes Pereira começou por referir que nos últimos seis meses, tinham solicitado apoio a quatro empresas especializadas em aquecimentos de piscinas, na tentativa de solucionar o problema. O último reporte, tinha sido que se tratava de um problema com o queimador. Tinham procedido à limpeza do mesmo e a situação tinha ficado parcialmente regularizada. Passada uma semana, tinha voltado a acontecer o mesmo problema. Solicitaram a presença da empresa da marca da caldeira, tendo esta confirmado que o problema era mesmo do queimador, levando à substituição do mesmo. No reporte final da empresa, era dito que a situação definitiva só se resolveria com uma nova caldeira, uma vez que o problema não era só do queimador, mas de todos os circuitos internos. Naquele momento, a situação encontrava-se regularizada, com a temperatura da água a oscilar entre os 27,5º (vinte e sete graus e meio) e os 29,5º (vinte e nove graus e meio). A solução definitiva passava por um grande investimento, aguardando-se uma maior viabilidade financeira para a sua aquisição. Confirmou que tinha recebido num determinado período, algumas queixas sobre a



temperatura da água, levando inclusive ao fecho temporário da piscina em alguns períodos. Quanto aos inquéritos, a ideia tinha sido acolhida, no entanto, ainda não tinha sido desenvolvida. -----



Voltou a pedir a palavra a Senhora Deputada Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que depois da explicação que tinha sido dada, sugeria que a mesma fosse transmitida aos técnicos da piscina, para que todos pudessem informar corretamente os utentes, e não de forma evasiva como muitas vezes o faziam, com expressões como “a culpa é do executivo”. Questionou ainda, se na autarquia existia algum profissional que se debruçasse com a análise das reclamações e elaborasse as respetivas respostas e, se o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha conhecimento das reclamações e das medidas que eram reclamadas. Por fim, informou que pretendia apresentar um pedido/queixa/reclamação, elaborado por uma utente da piscina, baseando-se no facto da temperatura da água não lhe ter permitido fazer a aula. Tinha registado o mesmo no livro de reclamações, tendo a resposta surgido no dia oito de abril último, com o seguinte teor: - “Exma. Senhora, encarregou-me o Senhor Vereador Pedro Pereira, de informar V. Ex^a. que a sua reclamação mereceu a sua melhor atenção. Estamos a desenvolver todos os esforços para que tal situação não se torne a repetir”. Como a pessoa que tinha recebido a resposta não tinha ficado feliz, tinha-lhe solicitado que apresentasse a situação na Assembleia Municipal, questionando; quais as medidas a implementar para que as pessoas, particularmente as mais idosas, não desistissem da utilização daqueles equipamentos ao dispor no Concelho. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que toda a documentação que dava entrada na Câmara Municipal passava por ele, sendo posteriormente encaminhada para os Vereadores, ou para os serviços respetivos. A referida reclamação, tinha sido reencaminhada para o Senhor Vereador Pedro Pereira, que tinha procedido à auscultação dos serviços visados e mandado elaborar a mencionada resposta. Quanto ao acolhimento e satisfação dos utentes dos equipamentos Municipais, era feito um esforço permanente naquele sentido, como anteriormente tinha ficado provado com a explicação dada pelo Senhor Vereador Pedro José Lopes Pereira, na tentativa da solução urgente da situação relatada. Sobre a deficiente informação dos funcionários aos utentes, era uma situação a ser objeto de análise para futuro, uma vez que não havia no processo qualquer interferência do executivo. Em resumo, o que solicitava, era que sempre que alguma situação anómala existisse, fosse de imediato reportada, para que fosse possível atuar no menor espaço de tempo possível. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para questionar qual o ponto de situação do



Museu Vasco de Lima Couto e se tinha havido novos desenvolvimentos. Também pretendia saber, se a empresa ligada à área informática (PTisp – Alojamento Web), que funcionava junto ao Supermercado de Constância e se tinha transferido para o Município de Abrantes (TAGUSVALLEY – Parque de Ciência e Tecnologia), tinha ou não a sua Sede Fiscal no Concelho de Constância. Por fim, pretendia ser esclarecida se os jovens estudantes até aos vinte e três anos, tinham passado a ter transportes gratuitos em todo o território do Médio Tejo. Tinha ideia, que o pagamento à Rodoviária era pago pela CIMT (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo), através de fundos comunitários. Pretendia saber se era assim e quais as limitações. -----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara começou por referir que no respeitante ao Museu Vasco de Lima Couto, tinha recebido na semana anterior dois familiares (sobrinhos) do falecido José Ramoa, que lhe tinham transmitido que estavam em processo de partilhas. Como o espólio também envolvia o Doutor Pedro de Brito, tinha falado com este há cerca de duas semanas, tendo-lhe sido transmitido que estava a ultimar um ofício para enviar à Câmara Municipal de Constância, no sentido da doação da sua parte do espólio. Era um assunto merecedor da máxima celeridade, uma vez que, de acordo com o reporte do Doutor Pedro Brito, algum espólio já apresentava sinais de deterioração, necessitando de uma urgente intervenção. O processo não era simples, uma vez que existiam vários herdeiros, alguns deles nascidos e residentes no Brasil, dificultando ainda mais o processo. O Município estava atento à situação e desenvolveria todas as diligências que estivessem ao seu alcance para desbloquear o processo. -----

Relativamente à empresa mencionada, que tinha mudado para o Concelho de Abrantes, achava que não tinha a sua Sede Fiscal em Constância, tendo a mudança ocorrido pelo facto da TAGUSVALLEY a apoiar no pagamento das rendas. -----

Quanto aos passes gratuitos para jovens estudantes até aos vinte e três anos, eram pagos através do PART (Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes), não tendo naquele momento uma resposta concreta, uma vez que ele próprio também tinha muitas dúvidas, prevendo esclarece-las numa próxima reunião da CIMT. Logo que esclarecido, daria conhecimento do assunto. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Primeira Secretária para proceder à leitura da minuta da Ata, colocando-a de seguida a votação. -----

-----APROVAÇÃO EM MINUTA-----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia deliberou, por unanimidade,

aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nelas constantes possam produzir efeitos imediatos. -----

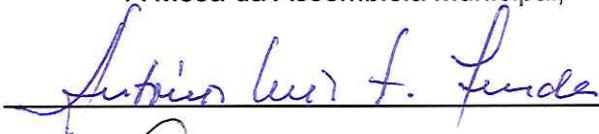
-----**ENCERRAMENTO**-----

E não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas vinte e três horas e quatro minutos. -----

A presente Ata foi redigida na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

A Mesa da Assembleia Municipal,







Voto de Congratulações

Condecoração do Presidente da Câmara Municipal de Constância pelo Chefe do Estado-Maior do Exército.

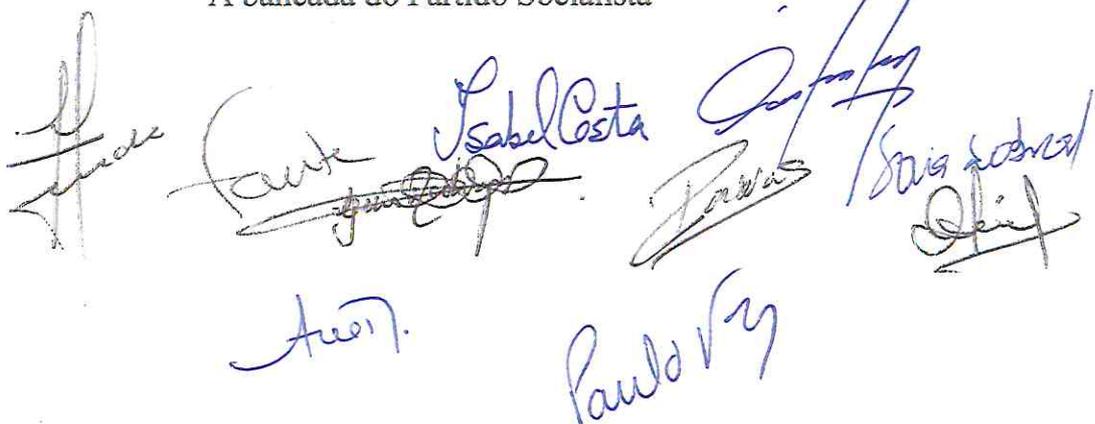
No âmbito da cerimónia comemorativa da Brigada Mecanizada realizada no dia 10 de Abril de 2024, o Chefe do Estado Maior do Exército, General Eduardo Mendes Ferrão, condecorou o Presidente da Câmara Municipal de Constância, Sérgio Oliveira com a medalha D. Afonso Henriques – Patrono do Exército Português, destinada a agraciar os militares, militarizados e civis que no âmbito técnico-profissional revelem elevada competência, extraordinário empenho e relevantes qualidades pessoais, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Exército.

A distinção atribuída, é o reconhecimento da cooperação que o Município de Constância tem desenvolvido com a instituição militar.

Por tal razão e pela sua relevância, a bancada do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal, reunida em 26 de abril de 2024, congratula-se por tal distinção e apresenta o presente voto de congratulações.

Constância, 26 de Abril de 2024.

A bancada do Partido Socialista

A collection of handwritten signatures in blue ink, including names like Isabel Costa, Paulo Vaz, and others, representing the Socialist Party council members.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

VOTO DE RECONHECIMENTO

O Engenheiro Jorge Manuel Monteiro Marques Heitor, desempenhou as suas funções no Município de Constância com o cargo de Chefe de Divisão ao longo de 30 anos, tendo cessado recentemente estas funções.

- Ao longo dos anos que presta serviço na Câmara Municipal, sempre foi um profissional empenhado, dedicado e defensor da causa pública e dos serviços públicos.

- Deu um grande apoio na tomada de decisão dos vários executivos municipais com quem trabalhou e trabalha. De salientar que muitos dos projetos, obras e equipamentos existentes no concelho, foram desenvolvidos por ele ou tiveram o seu acompanhamento.

- Em momentos mais difíceis vividos na autarquia, e por imposição legal quando foi reduzido o número de divisões, este assumiu a responsabilidade de chefiar duas divisões: Obras Municipais e Ambiente; e Planeamento e desenvolvimento Urbanístico.

- Sempre norteou a sua atuação por princípios que conduziram quer os dirigentes quer mesmo os munícipes, que reconheçam nele um profissional digno de um reconhecimento.

Considerando as suas qualidades humanas, a lealdade, a dedicação, o seu alto sentido de responsabilidade aliadas às competências técnicas que possui e demonstrou ao longo dos anos, vem esta Assembleia Municipal propor um voto de reconhecimento ao funcionário Eng^o Jorge Manuel Monteiro Marques Heitor, que deverá ser tornado público e dar-se conhecimento ao próprio.

26 de Abril de 2024

Os eleitos da CDU

Assembleia Municipal de Constância

Voto de Pesar

A bancada da CDU (Coligação Democrática Unitária - PCP-PEV) propõe um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dr. José Manuel das Neves Amaral.

Dr. José Amaral nasceu a 26 de julho de 1950 e licenciou-se em 1976 pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, tendo exercido atividade na Comarca de Abrantes. Faleceu no dia 13 de março de 2024, aos 73 anos.

Na Câmara Municipal de Constância, prestava assessoria enquanto advogado, há mais de 4 décadas, tendo iniciado na gestão do Presidente Fernando Morgado e mantendo a sua atividade com os cinco Autarcas que passaram pelo Município.

Homem respeitado na cidade de Abrantes, onde residia, foi referência para várias gerações na sua Comunidade.

Pessoa determinada, de ideais, princípios e valores humanistas abraçou com determinação várias causas públicas na defesa da nossa Região.

Dr. José Amaral é, assim, reconhecido como um homem de causas, um homem de bem e um amigo do seu amigo.

Pelo seu percurso e exemplo de vida, vem a Assembleia Municipal propor:

- Aprovar o "Voto de Pesar" pelo seu falecimento;
- Manifestar à sua família as mais sentidas condolências;
- Observar um minuto de silêncio em sua homenagem.

Constância, 26 de abril de 2024

Os eleitos da CDU

Ângela Sofia Alves Gelo
 Joana Rosário Martins
 Joaquim José Moura Marques dos Santos
 Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim

Assembleia Municipal e Constância

Sessão de 26 de abril de 2024

Declaração de Voto

Assunto: Prestação de Contas e de Inventário relativos ao exercício de 2023



Após análise dos documentos de Prestação de Contas e de Inventário referente ao exercício de 2023 considera-se que do ponto de vista técnico os documentos reflectem as demonstrações financeiras nos diversos itens exigidos legalmente designadamente de acordo com a NPC 26 do Sistema de Normalização contabilística para as administrações públicas, conforme é referido nas Certificação Legal de Contas.

No respeitante ao incumprimento na totalidade das divulgações previstas na NPC 27- Contabilidade de Gestão recomenda-se que sejam tomadas medidas com vista a sanar o presente incumprimento.

Realça-se como positivo o facto de não existirem reservas na Certificação Legal das Contas e a inexistência de pagamentos em atraso.

Quanto à execução dos projectos previstos realizar em 2023 verificou-se uma nula execução em projectos estruturantes tais como a Loja do Cidadão, a Habitação a Custos acessíveis, a aquisição de equipamento de projecção digital de cinema e vídeo para o cine teatro municipal comprometendo assim a oferta cultural regular naquele equipamento.

De registar, no eixo 2-Educação- o saldo negativo de cerca de 90.080,83 euros referente à transferência de Competências o que implica que a tesouraria da câmara municipal tivesse que adiantar esta verba que é da responsabilidade do Governo Central prejudicando o município e os munícipes com a falta de investimento naquele montante.

De registar também que o ano de 2023 ficou marcado pela conclusão física e financeira da Requalificação da Avenida das Forças Armadas não se compreendendo que durante o mês de 2024 ainda decorressem obras designadamente no Largo Heitor da Silveira.

No âmbito dos Caminhos Literários não se compreende que se tenha gasto 76.000,00 euros sem que houvesse actividade em torno deste projecto turístico-cultural onde inclusivamente algumas das "pedras" com os textos do escritor José Luís Peixoto estejam cobertas de ervas.

Quanto à afirmação territorial do concelho no exterior não podemos concordar com a apreciação feita pelo senhor presidente.

Assim, pelas razões expostas anteriormente o voto dos eleitos da CDU foi de Abstenção.

Constância, 26 de Abril de 2024

Ângela Grilo

Joaquim Santos

Júlia Amorim

Maria do Rosário Martins